



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO CONSUMO
BACHARELADO EM ECONOMIA DOMÉSTICA
MAILONGA ALBUQUERQUE FERREIRA

**DOCENTES NEGRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE
PERNAMBUCO: UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA E O SIGNIFICADO DA
MULHER NEGRA NA ACADEMIA**

Recife,
Dezembro/ 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO CONSUMO
BACHARELADO EM ECONOMIA DOMÉSTICA
MAILONGA ALBUQUERQUE FERREIRA

**DOCENTES NEGRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE
PERNAMBUCO: UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA E O SIGNIFICADO DA
MULHER NEGRA NA ACADEMIA**

Monografia apresentada como
exigência à obtenção do Grau de
Bacharel em Economia
Doméstica.

Orientadora: Profª Mst. (a)
Hortência Cruz de Albuquerque

Recife,
Dezembro/ 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F383d FERREIRA, MAILONGA
DOCENTES NEGRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO: UM ESTUDO
SOBRE A PRESENÇA E O SIGNIFICADO DA MULHER NEGRA NA ACADEMIA / MAILONGA FERREIRA. -
2019.

54 f. : il.

Orientadora: Hortencia Cruz de .
Inclui referências e apêndice(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Bacharelado em Economia Doméstica, Recife, 2019.

1. Empoderamento. 2. Interseccionalidade. 3. Mulheres Negras. I. , Hortencia Cruz de, orient. II. Título

CDD 640

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO CONSUMO
CURSO DE BACHARELADO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

**DOCENTES NEGRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE
PERNAMBUCO: UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA E O SIGNIFICADO DA
MULHER NEGRA NA ACADEMIA**

Mailonga Albuquerque Ferreira

Recife, 17 de dezembro de 2019

Orientador/a:

Prof(a). Mst.(a) Hortência Cruz de Albuquerque
Departamento de Ciências do Consumo - UFRPE

Banca Examinadora:

Prof(a). Mst.(a). Michelle Cristina Rufino Maciel
Membro Interno – Departamento de Ciências do Consumo - UFRPE

Prof(a). Mst.(a). Cláudia Ferreira Alexandre Gomes
Membro Externo
Mestre em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social – UFRPE

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, as professoras que me orientaram e a todas as mulheres afrodescendentes através do tempo por lutarem por aquilo que acreditam e acreditaram durante toda sua vida, pois cada passo dado é um espaço a mais conquistado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aqueles que me acompanharam todo o caminho durante minha formação.

Agradeço a minha família que sempre me incentivou a perseguir o que eu queria e me amparou nos meus momentos de dúvida e incerteza.

Agradeço aos amigos e amigas que fiz durante o curso principalmente Bernadete, Silvana, Cristina, Clarice e Williana que ao mesmo tempo que me motivavam me ensinaram que aprender não tem tempo ou lugar certo e por isso acontece a todo momento que trocamos uma simples palavra.

Agradeço aos meus professores e professoras que mostraram sempre o que é estar numa universidade e como ela muda e se transforma diante de nós à medida que os anos passam.

Agradeço a minha orientadora Professora Mestre Hortência Cruz de Albuquerque que suportou meus esquecimentos, erros, dúvidas não ditas, minha demora e que me ajudou a entender mais sobre a minha escrita e sobre mim mesma durante a construção dessa pesquisa.

Agradeço principalmente a minha Mãe que me ensinou o que era ser uma mulher negra na e para a sociedade ao mesmo tempo que me guiava para alcançar sempre o que era melhor para mim. Agradeço a ela por ser um exemplo e uma representação de uma afro-brasileira empoderada e feminista.

“The moment we choose to love, we begin to move against domination, against oppression. The moment we choose to love, we begin to move toward freedom, to act in ways that liberate ourselves and others. That action is the testimony of love as the practice of freedom.”

(Bell Hooks)

RESUMO

Essa pesquisa trata sobre a construção da mulher afro-brasileira dentro do espaço acadêmico a partir da interseccionalidade que fundamenta a identidade da mulher negra e das produções dessa significação/representação dentro da academia. O objetivo foi compreender o empoderamento feminino negro na perspectiva de docentes afro-brasileiras que estão inseridas no ambiente universitário da UFRPE. Para isto, utilizamos metodologia qualitativa com obtenção de dados secundários a partir da consulta à periódicos, artigos, livros, teses e dissertações disponíveis na base de dados da CAPES, e para acesso aos dados primários foi elaborado questionário na ferramenta *GoogleForms* o qual foi enviado à docentes da UFRPE e respondido por 14 professoras sendo elas 8 autodeclaradas: negras (4 docentes); morena clara (2 docentes) e pardas (2 docentes). A partir da análise de conteúdo, observou-se as diferentes significações que perpassam o ser docente negra dentro da universidade (haja vista que é um espaço majoritariamente e historicamente ocupado por homens brancos), como a imagem de “vencedora” e consequentemente “empoderada” por ocupar tal lugar. Notou-se ainda a escassez dos dados sobre docentes negras universitárias, o que pode ser visto como uma oportunidade para pesquisas futuras e para o aprofundamento das questões que conectam gênero, raça e classe, compreendendo que ao ocupar uma posição de poder como docente criam-se representações práticas das transformações e avanços da comunidade negra brasileira.

Palavras-chave: Empoderamento; Interseccionalidade; Mulheres Negras.

ABSTRACT

This research deals with the construction of Afro-Brazilian women within the academic space from the intersectionality that underlies the identity of black women and the productions of this meaning / representation within the academy. The objective was to understand or interpret the black female gender from the perspective of Afro-Brazilian documents that are inserted in the university environment of UFRPE. For this, use the qualitative methodology with secondary data from periodic consultations, articles, books, theses and dissertations available in the CAPES database, and to access the primary data was prepared as a questionnaire in the GoogleForms platform or sent to teachers. from UFRPE and answered by 14 teachers and 8 self-declared: black (4 teachers); light brunette (2 documents) and brown (2 documents). From the content analysis, it identifies as different meanings that cross or are identified black within the university (there is a view that a space is mostly and historically occupied by white men), as an image of "winning" and consequently "empowered" to occupy such a place. There is still no data from the documents about black universals, which can be seen as an opportunity for research and for the deepening of issues that connect gender, race and class, understanding that occupying a position of power as documents creates practical representations of transformations and advances of the Brazilian black community.

Keywords: Black Women; Empowerment; Intersectionality.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. IDENTIDADE DA MULHER NEGRA.....	18
2.1. Identidade Negra Na História	18
2.2. Identidade Negra Como Questão Estética	20
2.3. Identidade Negra De Forma Interssecional	24
3. FEMINISMO E FEMINISMO NEGRO NO MUNDO	27
3.1. Feminismo e Feminismo Negro no Brasil.....	31
4. METODOLOGIA	38
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	41
5.1. O Perfil Das Docentes.....	41
5.2. O Significado De Ser Docente Negra.....	43
5.3. Ser Negra Não Deduz Que Se É Ativista	47
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
7. REFERÊNCIAS	52
8. APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO.....	56

1. INTRODUÇÃO

A herança escravocrata da sociedade brasileira tem estruturado o comportamento social e deixado um legado de violência e racismo que confrontam e desafiam o ser mulher e negra nesta sociedade. Observações empíricas podem demonstrar um pouco dessa realidade a partir de relatos sobre abordagens policiais excessivamente agressivas, encarceramento massivo de mulheres negras, feminicídio, objetificação das mulheres negras dentre outros inúmeros exemplos cotidianos. Contradições sociais que reforçam a não superação desse passado histórico tão presente e cruel.

Como resposta a população negra tem se organizado ao longo dos anos, a fim de reivindicar cidadania e participação social, em especial as mulheres negras, a partir do feminismo. Segundo Hooks (2000) “feministas não nascem, são, porém, construídas”. Na busca por sua própria identidade, conforme aponta Angela Davis (2017), as mulheres negras de todo mundo se chocam com diversas barreiras existentes na sociedade sendo elas raça, gênero e/ou classe que são entraves sociais pelos quais mulheres negras passam para estabelecer sua identidade e para fundamentar sua área profissional e escolhas pessoais. Essas dificuldades e barreiras citadas muitas vezes são os passos iniciais para a descoberta da sua própria negritude ou a retirada da venda que esconde os olhos de várias pessoas nessa sociedade.

Reconhecer tons, insinuações, discriminações estruturais, racismo desde as formas mais sutis e promover políticas de reparação social são essenciais para a desconstrução das representações sócio-históricas que mulheres negras brasileiras têm carregado ao longo dos séculos de desenvolvimento do país, tema caro ao Estado brasileiro.

Assim, nota-se que “é a partir do corpo gendrado em norma cultural definida em um determinado momento histórico-social que se estabelecem as tensões sociais cujas inscrições coercitivas envolvem a aceitação voluntária dos atores e atrizes sociais.” (GUILLAUMIN, 1994). Essas construções ressignificadas na figura feminina afro-brasileira confinam muitas vezes o nível de progressão social que elas podem ter dentro da sociedade limitando sua tomada e visualização de poder. Segundo Carneiro (2009) relacionar poder e mulher negra numa mesma discussão é como falar do ausente. No mesmo contexto ela deixa claro que esse ausente é algo

imposto e reafirmado através de diferentes atitudes adotadas pela sociedade, como a preferência por uma mulher negra como empregada, por gerentes e diretores brancos, entre outras representações.

Ainda segundo a autora “ao instituir a superioridade de um grupo racial e a inferioridade de outro, gera-se diversas perversidades. A excelência e a competência passam a ser percebidas como atributos naturais do grupo racialmente dominante, o que naturaliza sua hegemonia em postos de mando e poder”. Desta forma, toda essa construção de poder que se reproduz com o passar dos anos dentro da comunidade negra, ao passo que a negritude se fortalece cada vez mais no território brasileiro, por meio de ativismo e reivindicações sociais, por exemplo, fazendo com que essa massa existente se torne reconhecida frente à uma supremacia de homens brancos.

No Brasil, segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres pretas ou pardas representavam 25,46% da população, aproximadamente 48.582.931. De forma geral, deste número apenas 6,71% tem o nível superior completo. No tocante à população pernambucana, entre as 2.778.748 mulheres pretas ou pardas pertencentes ao estado, apenas 5,92% tem o superior completo. Na Região Metropolitana do Recife as mulheres pretas ou pardas somam 468.300 pessoas, das quais apenas 10,9% possuem o nível superior completo, conforme dados explicitados na tabela 1.

Tabela 1: Total da população

Divisões Territoriais	2010	Mulheres, 2010	Preta ou Parda, 2010	Mulheres, Preta ou Parda, 2010
Brasil	190.755.799	97.348.809	97.171.614	48.582.931
Pernambuco	8.796.448	4.565.767	5.449.790	2.778.748
Pernambuco – Rural	1.744.407	848.247	1.163.177	558.344
Pernambuco – Urbano	7.052.041	3.717.520	4.286.613	2.220.404
Recife	1.537.704	827.885	890.464	468.300

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Reconhecendo esse baixo percentual estatístico frente ao grande universo populacional, a Universidade de Juiz de Fora (UFJF) com campanha para o Dia Nacional da Consciência Negra fez uma ação em 20 de Novembro de 2017 para

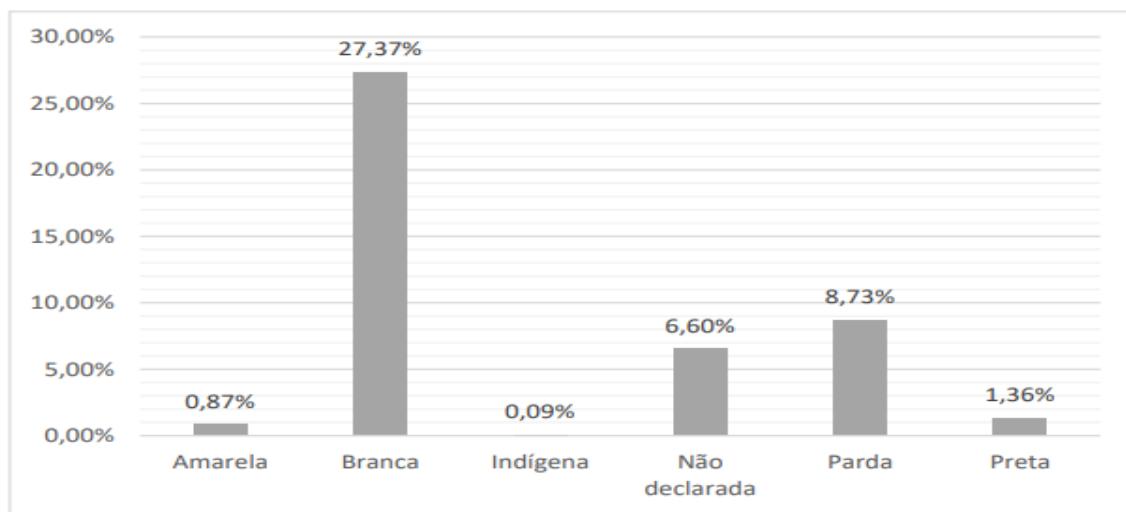
falar sobre o percentual de estudantes negros dentro das unidades de Ensino Superior descobrindo o percentual entre 12,8% (pretos e pardos) entre 18 e 24 anos, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015. Segundo a UFJF, esse valor está inserido no percentual total de 34% de negros nas universidades.

Entretanto, a Universidade Federal de Uberlândia traça de forma comparativa entre 2010 e 2014 o percentual de afrodescendentes nas universidades:

“Traçando um comparativo, no ano de 2010, pretos e pardos somavam 39,6% dos estudantes universitários. Em 2014, um ano após a efetivação da política de cotas, essa população representava 46,3% dos graduandos.” (ANDIFES, 2018).

Além disso, devemos falar da população mais diminuta dentro das universidades, a população de docentes negras. Segundo Silva (2019) entre 63 instituições de ensino superior do país nem todas possuem dados censitários sobre o quantitativo de docentes que se autodeclararam negras. Em sua pesquisa, constatou dentre estas, apenas 42 possuíam dados que abrangiam a categoria cor/raça, em que as docentes negras (pretas e pardas) somavam 10,09% da população docente universitária, conforme indica o gráfico 1.

Gráfico 1: Docentes do sexo feminino por cor/raça nas universidades públicas federais brasileiras referente ao ano de 2018.



Fonte: Silva (2019)

Assim, tem-se como constatação que há um baixo percentual de mulheres negras que estão enquantos docentes no Ensino Superior, haja vista, que este

espaço foi historicamente pensado e ocupado por homens brancos e de classes mais abastadas. Então, o problema de pesquisa apresentado é: Qual a concepção de empoderamento feminino negro das afro-brasileiras acadêmicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco e qual o significado há em ocupar tal cargo?

Neste sentido, este estudo tem como objetivo geral a Compreender o empoderamento feminino negro na perspectiva de docentes afro-brasileiras que estão inseridas no ambiente universitário da UFRPE; e objetivos específicos: Identificar as nuances que envolvem o ser docente negra na universidade (significados, inspirações...); Caracterizar o perfil socioeconômico das docentes afro-brasileiras participantes da pesquisa; e Identificar as ações de empoderamento feminino negro dentro da universidade Federal Rural de Pernambuco.

Compreendendo esse empoderamento enquanto parte de uma construção identitária e psicológica que fundamenta o ser negra como influenciador e influenciado pela sociedade, de modo que esse ser percebe as mudanças que sua própria existência projeta estando naquela posição social enquanto representação social da comunidade negra.

Foram as contradições existentes dentro do ambiente universitário que aguçaram meu olhar como estudante, mulher, negra e pobre, e que construíram os primeiros passos para essa pesquisa. As incoerências de uma sociedade tão diversa e na fala tão auto declaradamente “antirracista” que fundamentaram as inquietações sobre a visão da comunidade feminina negra sobre si dentro do ambiente acadêmico da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tendo em vista as mudanças buscadas por Davis, Hooks, Carneiro, Bairros e muitas outras teóricas por espaço, por aceitação e por reconhecimento.

Assim, lembramos que na década 80 Davis afirmava que “milhões de mulheres estão hoje preocupadas com empregos, condição de trabalho, salários mais altos e violência racista” (DAVIS, 2017). Esta preocupação persiste no cenário atual, principalmente brasileiro.

Os por quês inseridos nessas ausências de mudança foi o que proporcionou combustível a movimentos e discussões sociais durante anos e foi o incentivo para que diversas mulheres afrodescendentes aprendessem e lutassem sobre a sua história.

Essa pesquisa tem uma maior significância para as/os Economistas Domésticas/os enquanto acadêmicas da área de desenvolvimento humano, pois

retrata diferenças sociais existentes no mundo que perpassam a academia e são muitas vezes escondidas pelo véu da meritocracia que envolve o mundo das universidades públicas. Portanto, por trabalharmos a coletividade devemos entender que a singularidade não pode ser descartada ou reduzida, ter conhecimento sobre o básico das construções sociais que rodeiam essa comunidade e auxiliar o desenvolvimento de um projeto de ação com eficácia e eficiência promoverá durante os anos posteriores consequências substanciais para a comunidade envolvida por essas divergências raciais.

2. IDENTIDADE DA MULHER NEGRA

Na peça Shakespeariana, *The tragedy of Hamlet Prince of Denmark*, Hamlet em um monólogo sobre morte e vida e as essências de uma existência em dor e uma morte resoluta, fala sobre a construção da aceitação da própria identidade ao falar a frase “*To be or not to be, that is the question*” em português “ser ou não ser, eis a questão.”

De modo análogo ao referido conflito existencial, para resolver o questionamento entre aceitar e compreender a extensão de sua identidade é necessário lembrar que na história do Brasil o ser negro/a foi retratado como algo impuro, feio, objeto, bárbaro e incivilizado, por isso se autodenominar enquanto negro é lembrar os estereótipos antigos e considerar os novos construídos também.

2.1. Identidade negra na história

Segundo Munanga (2009), o essencial para um povo é reencontrar o fio condutor que o liga a seu passado ancestral o mais longínquo possível. Ao falarmos sobre os fios ancestrais podemos construir uma trajetória de como o negro foi representado no Brasil. Começando a partir da ótica religiosa que retratou a cor da pele como uma representação de que afrodescendentes e africanos eram cheios de pecado, portanto a cor de pele era escura, passando para o estereótipo sexista que serviam para reprodução e também para serviços que exigiam pouca atividade intelectual até chegar à concepção de hoje em que eles podem alcançar níveis altos mais ainda, não mais altos que os brancos (colonizadores). Ao identificarmos pessoas de alto escalão há uma menor probabilidade de personificarmos em nossas mentes uma pessoa negra a não ser quando o que ele representa é algo determinado de forma racial.

A autora Suely Carneiro (2009) fala sobre essa ausência de criticidade ao pensar na imagem de alguém que detém um determinado nível de poder como alguém que pode ser caucasiano ou de características negroides. Ela põe como exemplo dessa ausência de tolerância e criticidade a primeira mulher negra a assumir o governo do Rio de Janeiro a Governadora Benedita da Silva, ao ser retratada em algumas manchetes de jornais que falavam sobre a beleza do negro e exaltavam o seu sucesso para chagar lá e outras falavam sobre ela ser alguém que

estava fora do seu lugar. No alto da amostra de racismo existente ela apresenta no artigo a manchete: “Governadora coloca sete negros no primeiro escalão” e outra dizendo: “Priorização da escolha pela raça”. Frente a um grupo de trinta e seis secretários, sete deles são negros. Seria cabível, então, perguntarmos quantas vezes foi questionado a existência de quantos secretários brancos um governador(a) branco seleciona para estar com ele(a) durante o seu mandato.

Essa dicotomia de tratamento é o que prova a existência de um racismo estrutural caracterizado por situações e posições sociais em que o negro se estabelece. Com o passar dos anos essas situações foram se apresentando de forma cada vez mais disfarçada e escondida por trás de uma fundamentada concepção de “democracia racial”¹ falada por Gilberto Freyre (2006).

Vale ressaltar que a construção de raça fundamentada no Brasil é pavimentada por uma percepção social construída durante os tempos aonde se pensa raça como pigmentação da pele e cultura, uma junção do conceito raça e etnia, não como construção biológica aonde raça humana apenas existe uma segundo a ciência que nos divide de acordo com a evolução do ser humano.

Essa forma “velada” de racismo construída pelo tempo e solidificada com a democracia racial de Freyre fez com que cada vez mais o negro fosse se afastando e rejeitando sua identidade cultural o que fez esfriar os movimentos de valorização das características negras como movimento Black Power dos anos 70.

Entretanto, o momento atual aonde a luta por direitos humanos, tolerância e respeito ao próximo está no topo e as formas de comunicação estão cada vez mais rápidas tornou mais fácil e mais próximo a divulgação de ideais, pensamentos, desastres, boas notícias etc. Com o auxílio dessas formas de comunicação a comunidade negra, pertencente ao Brasil ou não, está cada vez mais próxima e mais informada, o que faz com que ela reivindique e busque estar mais presente nos espaços de poder, inclusive no mercado de consumo, que nas últimas décadas têm oferecido maior variedade de produtos para estética negra, aumentando-se proporcionalmente as novas possibilidades e mudanças na aparência de mulheres e homens negros.

¹ “Democracia Racial” é um termo construído na teoria de uma sociedade democrática em que não existe um sistema racial desigual, preconceito ou discriminação de forma velada ou não. O sociólogo Gilberto Freyre é conhecido com seu criador apesar de não haver em sua escrita de forma concreta o termo. (GOMES, 2017)

Segundo Bairros (2018), as duas últimas décadas foram de um crescimento econômico que proporcionou essa nova possibilidade estética que agora expressava para mulheres negras uma conexão com a sua negritude na intenção de valorizar seus traços e representações.

Dessa valorização nasceram vários movimentos como o movimento de negritude falado por Munanga (1988), na intenção de criar uma identidade cultural que priorizava as características negroides acentuadas ou não. Esse movimento, segundo o referido, autor gira entre duas interpretações a mítica, retorno às raízes para revitalizar a realidade africana, e a ideológica, uma fusão da problemática negra com a dos colonizadores se aproximando da teoria marxista. Assim, o autor cita que a “negritude nasceu do sentimento de frustração dos intelectuais negros por não terem encontrado no humanismo ocidental todas as dimensões de sua personalidade.” (MUNANGA, 1988, p.56).

Essa disparidade entre a representatividade histórica branca e a negra criou no afrodescendente brasileiro um hiato na construção da sua identidade, pois se identificar positivamente com a construção de uma sociedade é construir uma sensação de pertencimento para o outro e pertencer é o que fortalece os vínculos comunitários de patriotismo, a ausência de pertencimento torna o indivíduo uma pessoa estrangeira na sua própria comunidade (*Outsider Within*²).

2.2. Identidade negra como questão estética

Segundo Pereira (2012), “ser negro” no Brasil é caracterizado pelos traços fenotípicos. Cabelo, cor da pele, formato do nariz e preenchimento dos lábios, ou seja, “ser negro” passa a ser uma característica estética de alguém. Como você se mostra em sociedade e os adereços que você usa definem agora quem você é.

² Termo definido por Patrícia Collins para nominar a posição das feministas negras dentro do feminismo tradicional. (COLLINS, 2000 apud CARDOSO, 2012). Em que mesmo incluídas no feminismo como mulher ainda se encontra numa posição externa, pois além de mulher é negra diferenciando assim alguns aspectos da sua luta e formando assim uma vantagem epistemológica para as mulheres negras, por que seu estudo não é afetado ou influenciado por poderes externos, pois seu ponto de vista é de um grupo excessivamente dominado que precisa construir sua própria identidade e visão do mundo precisamente intimamente o grupo dominante. (SADENBERG, 2002, P.103 apud CARDOSO, 2012)

Se definir ou ser definido pela estética é algo natural no mundo, estereótipos e preconceitos são as bases das primeiras impressões de cada um. A identidade negra tem várias facetas, uma delas é a aparência e o comportamento que se tem na sociedade em que vive. Entretanto, todas elas têm algo em comum a busca por representação. A necessidade por saber que fazem parte de um grupo e que esse grupo está em todo lugar. Ao assistir à novela, ver shows, desfiles, jornais, ler livros ou ouvir música, ter a consciência e a certeza de que a pessoa do outro lado te representa, mesmo que não represente seus ideais ela se torna uma marca e uma forma de idealização do “ser negra/negro”, pois durante a evolução dos tempos os estigmas ligados a comunidade negra foram em sua maioria destrutivos a identidade cultural do negro. Essas figuras ao qual se espelhar influenciam a construção da identidade, fase importante no processo de desenvolvimento do ser humano, cunhado desde a infância, a existência de exemplos depreciativos afastaria ainda mais o indivíduo negro da comunidade e do vínculo cultural.

Para os/as negros/as essas figuras representativas não são apenas mais uma amostra dos problemas raciais existentes e uma afirmação da problemática que a identidade estética negra enfrenta ao afirmar sua negritude ou não perante a sociedade, mas, uma reafirmação da construção identitária social que promove um pensamento contrário a construção da sua própria constituição. Ter cabelos lisos, traços finos e pele mais clara não apaga a visão do outro quanto ao tom da sua pele mais escuro o que num país em que a cor de pele e a sua graduação afeta o modo de tratamento com outras pessoas.

“O racismo é gradativo, isto é, quanto mais “traços negros” possuir, em maior escala o racismo atinge essa população que se aproxima do fenótipo do negro.” (SILVA, 2009, p.53 apud PEREIRA, 2012, p. 37-38). Observando isso, nota-se que no Brasil existem inúmeras formas de se caracterizar um negro segundo aquilo que ele mostra sendo na maioria das vezes as principais delas a cor de pele, o cabelo e as características corpóreas. Segundo Carvalho (2015) a pele negra é uma contradição étnica social representada por algo feio, sujo e impuro enquanto a pele branca é enxergada como limpa, perfeita e bonita.

Essa construção veio em virtude dos anos de opressão e subordinação que a população negra viveu durante anos. Aonde os seus corpos eram objetificados pela população branca que os classificava e separava segundo a graduação da sua pele, como exemplo é o fato de que negros de pele mais clara trabalhavam mais perto da

casa ou então dentro da casa dos senhores de escravo enquanto os negros de pele mais escura eram forçados a trabalhar em trabalhos mais pesados. E isso se repercute até hoje em que mulheres negras de peles mais clara são consideradas não “tão” negras, mas morenas ou então mulher negra do “tipo exportação” ou então no momento de se candidatar a um emprego ou a um determinado cargo em que aparência é importante dão preferência a pessoas de pele mais clara ou até na forma de tratamento. Esse comportamento hoje é chamado de Colorismo³.

Saber que a sua aparência vai determinar o grau da sua discriminação e ter consciência das desvantagens que você enfrenta por ter um tom de pele mais escuro é o que motivou e tem motivado o negro até hoje a mudar em buscar características brancas para se encaixar nos estereótipos construídos pela sociedade.

Outra forma de se caracterizar o negro é pelo cabelo. O cabelo crespo é uma representação da negritude e como tal foi massivamente desvalorizado ao longo dos séculos. Pela representação cultural da beleza negra com diversas significações em seus penteados trançados, soltos ou cobertos pelo turbante. Contudo, esse mesmo elemento desvalorizado e estigmatizado foi a figura representativa para um dos maiores movimentos de valorização negra a nível internacional e principalmente no Brasil.

O movimento Negritude se internacionalizou em 1960. Em sua origem teve um enfoque maior no combate à assimilação cultural, e foi influenciado pelo marxismo. Entretanto, diferenciou-se dele na cisão que ocorre logo após a expansão do movimento, em que para um lado se localizava a minoria que ligava a luta pela negritude com a luta dos oprimidos e para outro ficava a maioria defendendo a bandeira da negritude como movimento de conscientização racial. (MUNANGA, 1988).

Em 1970, surge no Brasil o movimento Black Power originado do incentivo a valorização da cultura e símbolos negros que se construiu durante o movimento

³ Termo cunhado na intenção de determinar um tipo de discriminação referente aos diferentes tons de pele negra existente. Construído nos tempos de escravidão ao diferenciar os negros mais claros como os que poderiam andar pela casa do senhor de engenho e serem vistos numa posição de maior autoridade perante os outros negros e os negros mais escuros em posição de inferioridade ao serem relegados as plantações e trabalhos mais pesados. Falado em conjunto com o racismo de marca ao falar do quanto mais escuro à tona de pele de um indivíduo mais racismo ele irá sofrer.

político da negritude⁴. A negritude é um termo que assume um valor dinâmico político a partir do movimento político, ideológico pela aquisição de consciência racial e cultural pela valorização da manifestação cultural de matriz africana. Conceituado por Aimé Césaire, esse movimento assume que ser negro é ser consciente de sua identidade, história e cultura. (CÉSAIRE, 1978 apud GOMES, 2017, p. 59).

Tendo como base o movimento *Black Power* tomou conta do movimento Negro da época que utilizou desse símbolo um meio de fomentar sua identidade e de se encontrar num conjunto entre a ancestralidade e o seu hoje. Esse mesmo anseio de ligação entre a ancestralidade e a contemporaneidade está tomando forma novamente a partir da necessidade crescente de se identificar na história de construção do país e da exposição midiática constante de violências contra a população negra. O cabelo passa a ser uma representação, um ato político, uma forma de demonstrar a aceitação de sua identidade, poder e autoestima, que, por conseguinte perpassa a estética.

Em Terceiro lugar, as características corpóreas. Os estereótipos que perduram até hoje sobre o/a negro/a são em sua maioria hiperssexualizados, exagerados e depreciativos. O constante pensamento da negra em quanto uma mulher de corpo perfeito, proporções superiores de seios e nádegas, a perfeita amante, a garota que quando crescer vai dar trabalho pela forma que seu corpo vai tomar é uma realidade que a mulher negra brasileira enfrenta durante seu desenvolvimento e até mesmo algumas vezes anseia para que possa preencher um padrão estético existente em que sua “feiúra” pode ser minimizada pelas características ideais do seu corpo. Com os homens não é muito diferente sendo tão hiperssexualizados quanto às mulheres com corpos perfeitos e sem fraquezas psicológicas, eles são o exemplo da masculinidade e do que o homem deve ser.

E quando não hiperssexualizado o corpo negro é totalmente marginalizado por não alcançar os padrões socialmente delegados à população branca, sendo representado de modo recorrente na literatura como personagem de empregada doméstico e pobre.

⁴ Surge em Paris, no ano de 1934 o movimento negritude definido pelo poeta antilhano Aimé Césaire e batizado em 1939 por esse mesmo nome quando ele escreveu a poesia *Cahier d'un retour au pays natal* (“Caderno de um regresso ao país natal”). (BERND, 1988, p.17)

A idealização do corpo negro trouxe problemas massivos para sua representatividade nos livros infantis, nas mídias e na vida real. Nos livros infantis é comum as representação negra com excessivas proporções corporais muito distorcidas, lábios, olhos ou narizes muito grandes, distorcendo assim o imaginário infantil sobre si mesmo que a criança negra constrói ao ver esses conteúdos midiáticos depreciativos que acabam com a autoestima do indivíduo ao ser comparado com princesas da Disney, rainha, reis, príncipes, series ou seres do imaginário que são estimados e valorizados pelo mundo e que não são negros.

Nessa perspectiva Bourdieu (2007) citado por Gomes (2017) afirma que o corpo enquanto capital e recurso de poder determina o espaço social dele como forma de obter vantagens, que pode ser convertido em outros tipos de capitais.

2.3. Identidade negra de forma intersetacional

Ao divagarmos sobre a construção da identidade feminina não apenas negra pensamos nas várias particularidades que cada ser desenvolve em sua essência, não apenas a particularidade em quanto gênero binário ou não-binário, mas as particularidades enquanto membros de uma sociedade diversa que se monta e desmonta de acordo com as descobertas e realizações feitas ao longo dos séculos.

Inevitável tratar o termo que é basilar para a compreensão das transformações ocorridas ao longo do tempo no que se refere às mulheres e o lugar que ocupam na sociedade. Assim, o gênero é diferente do que Héritier (1996) apud Grossi (1998) propôs quando ele afirma que o gênero se constrói na relação homem/mulher uma vez que não existe indivíduo isolados em contrapartida Grossi (1998) fala do gênero como um fato que serve para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado.

Posto dessa forma, a construção de gênero se diferencia da construção determinada sexualmente e passa a ser uma consideração mais ampla como a que salienta Heilborn (1994, p.1) que põe o “gênero como uma construção de noção cultural que aponta para a vida social relacionando tempo, espaço ou as diferenças entre os sexos como produções e sanções sociais através de sistemas de representações.”

Essas representações são em absoluto subordinadas a uma estrutura de classe que fundamenta uma das estruturas de opressão sobre essa identidade negra feminina. Segundo Weber (1974) apud Lemos (2012), classes se estratificam de acordo com suas relações com produção e aquisição de bens. Fundamentando a crítica feita à tese de bipolarização social de Marx, a qual proletariado e burguesia são dois extremos ao reconhecer a existência de uma classe no meio das duas anteriores e ela segundo Mills (1979) apud Lemos (2012) é uma nova classe média formada por trabalhadores caracterizados por hábitos sociais, econômicos e políticos específicos, formada por ex-profissionais liberais autônomos, assalariados ao longo do tempo e novos profissionais que surgem com o desenvolvimento econômico.

A nova Classe Média, busca a sua contínua permanência nesse novo *status quo* o que permeia a massiva subalternização da mulher negra por enxergá-la sempre em um trabalho de base ou considerado braçal relegando a ela a base da pirâmide social. Fazendo da identidade feminina negra se construir sobre estereótipos inferiorizados e marginalizados dentro de uma interrelação que segundo Lima (2013) incide na identidade feminina e se intersecciona na conjunção de nossas vidas cotidianas, relações econômicas, culturais e políticas no mundo social. Essa perspectiva torna possível entender os fragmentos que montam o “eu” o qual tanto ansiamos por saber quem é.

As mulheres negras durante séculos vêm buscando entender as divergências dentro de si mesmas questionando que parte da sua identidade se destaca mais dentro da sociedade se é a particularidade da raça, do gênero ou da classe social que abarca a si, em meio a essa luta constante contra os vários obstáculos sociais existentes a sua frente.

Conhecer a si é o primeiro ponto para entender o mundo a qual você pertence, mas para a mulher afrodescendente por séculos e décadas relegadas ao papel de objeto encontrar o seu “eu” enquanto ser humano dentro dos estereótipos solidificados, e aceitar-se quanto parte pertencente e merecedora desse universo social preenchido de preconceitos e ideais distorcidos por anos de maus-tratos e submissão forçada é uma batalha que se iniciou desde antes da abolição da escravatura.

Segundo Valente (1994) apud Carvalho (2015), ser negro é se identificar enquanto negro e reconhecer-se enquanto negro. No instante que a mulher negra se

libertou até hoje é uma luta constante para encontrar a si dentro do que a sociedade impõe para essa mulher. Sendo ela uma mulher negra de classe média ou pobre a busca por autoafirmação enquanto pessoa detentora agora do poder de promover a mudança para ela e para sua comunidade.

Discutir identidade da mulher negra é falar sobre dois pontos dentro da questão de identidade a variável gênero e a racial. Ao se identificar apenas enquanto mulher, a afro-brasileira exclui sua negritude como variável que edifica e solidifica partes fundamentais da sua identidade que percebe o mundo de forma diferente, entretanto ao se identificar apenas como negra, a afro-brasileira nega a parte de si que se constitui como um indivíduo do gênero feminino que é submetido a certos estigmas unicamente por ter essa constituição. Segundo Hall (2005), essas fragmentações formam a identidade pós-moderna.

Haja vista a possibilidade de múltiplas identidades que os indivíduos podem possuir faz da identidade uma construção de inúmeros fatores que são afetadas e afetam direta ou indiretamente, portanto faz também da identidade um produto desses fatores que se intersectam. Segundo a revista Geledés (1993) esta intersecção se chama identidade social.

Ao mesmo tempo em que registramos essa nova identidade acionada por essa personificação de interação, que se caracteriza pelas roupas e estilos que esse indivíduo denota para a sociedade, escolhemos também apagar outras partes e essa visão de “apagamento” formulada por Taylor (2013) apud Barros (2018) recorda as situações culturais vividas pelas culturas coloniais e pós-coloniais de raízes africanas nas Américas que consideraram até mesmo a cultura negra como algo exótico ou folclore.

Assim, “a identidade nunca é dada, é sempre construída e a (re)construir, em uma incerteza maior ou menor e mais e menos durável.” (DUBAR, 1997, p.104 apud GOMES, 2017, p.57). Soma-se a essa identidade social da mulher negra a ideia de classe construída pela sociedade capitalista.

Isto torna nossa identidade não apenas interseccional, mas também híbrida segundo Canclini (2005) apud Barros (2018), pois se configura com a interação entre a cultura globalizada e os aspectos locais de matrizes culturais. Por estar subjugada a uma sociedade estruturada em classes, essa identidade social híbrida e interseccional relaciona-se com o outro a partir da construção e desconstrução que

acontece dentro das exigências de sua própria classe social a qual você está subordinada.

3. FEMINISMO E FEMINISMO NEGRO NO MUNDO

Devemos começar falando então sobre o início de tudo, os primeiros passos para a conscientização e a busca de direito das mulheres, vamos falar então sobre feminismo. Segundo Toledo (2008), o movimento feminista existente no mundo obteve três grandes ondas.

A primeira Onda foi o movimento Sufragista, aonde a luta era por direito ao voto, ao divórcio, a educação, a herança, assumir negócios familiares e cargos públicos. As primeiras lutas feministas datam-se a partir das Revoluções Burguesas com ênfase na grande participação das mulheres na Revolução francesa mesmo que sua participação nos sindicatos por afiliação fosse proibida. (Toledo, 2008)

A Declaração dos Direitos das Mulheres e da Cidadania, em 1791 por Olympe de Gourges foi um ponto importante para a construção da força feminina em prol do direito trabalhista. Entretanto, mesmo com a força dessa luta o movimento esfriou. Entre o Final do Século XIX e o início do século XX, o movimento se reativou. (TOLEDO, 2008, p. 89-90)

Nos EUA dirigida pela II Internacional, na mesma época em que Marx e Engels publicam o “Manifesto Comunista”, nascem na sociedade duas vertentes que lutam pelo direito ao voto a reformista de direito ao voto para homens e a marxista de direito ao voto para todos. (TOLEDO, 2008, p.93-94)

O primeiro dia da mulher é estabelecido nos EUA após o Congresso Socialista Internacional da Mulher em 1910. A luta do direito ao voto feminino nos EUA durante décadas foi ligada ao abolicionismo, mas após os homens negros ganharem o direito ao voto com a 14^a Emenda Constitucional após a Guerra Civil em 1867 com a força do movimento feminista numa tentativa política de suprimir a luta feminina os abolicionistas cortaram o vínculo com as feministas e agora a luta era sozinha. (SANTOS, 2017)

Susan B. Anthony e Elizabeth Stanton fundaram em 1868 a Nacional Woman Suffrage Association (NWSA) em New York. Com o objetivo de lutar pelo voto feminino e o direito ao voto. O voto era encarado não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento para ajudar a combater a exclusão política da mulher.

(SANTOS, 2017). Foi em 1918, com aprovação da 19ª Emenda Constitucional que a mulher americana ganhou o direito ao voto. (SANTOS, 2017).

Nesse ponto feminismo hegemônico já era uma preocupação para as mulheres negras há um tempo. A identidade universalista tinha tomado conta do feminismo como todo, todavia para as feministas negras como Maya Angelou que nunca se enquadrou enquanto mulher frágil e delicada, as lutas pelo voto eram só um passo. Se identificar enquanto mulher que tem necessidades e direitos era uma das coisas mais importantes para as feministas negras norte-americanas a luta direitos igualitários e acesso apesar de partilhada não era a mesma, pois as necessidades das mulheres negras e brancas eram diferentes.

Enquanto as mulheres brancas estavam lutando pelo acesso ao mercado de trabalho as mulheres negras precisavam pensar nas condições de trabalho em qual eram inseridas e como se proteger, enquanto mulheres brancas queriam a liberdade sexual as mulheres negras buscavam acesso a creches públicas, e assim seguiam apesar das lutas estarem em um caminho parecido porque o direito assegurado e advindo da luta feminista afetam diretamente a mulher negra a consciência de que as lutas e necessidades são diferentes, pois os poderes que direta e indiretamente influem sobre uma mulher negra e uma mulher branca são diferentes nas maneiras que afetam-nas.

Toledo (2008) infere que a segunda Onda foi entre as décadas de 60 e 70 com o movimento de frente a libertação sexual. Entretanto as mulheres negras naquele tempo não estavam tão preocupadas com a libertação sexual, mas com o direito a creche, saúde, melhor educação para as crianças etc. Para as feministas da época, lutar por direitos para as crianças não era lutar pelas mulheres, já para as mulheres negras lutar pela sexualidade e discussões de gênero era só mais uma forma de afirmar para a sociedade sua hiperssexualização e o direito do homem branco tomar aquilo que ele determinava como dele por direito.

Além da luta por libertação sexual, as principais bandeiras pelo mundo eram: para os EUA creche 24hrs sob o controle da comunidade, direito ao aborto livre e gratuito e igualdade de acesso ao trabalho e a educação e na Itália direito ao divórcio. O Direito ao aborto livre e gratuito era uma bandeira defendida também defendida pela França, Itália e Inglaterra. (TOLEDO, 2008).

A terceira onda é o movimento sindicalista entre as décadas de 70 e 80. Aumento de participação da mulher na População Economicamente Ativa (PEA).

Assim, o feminismo passa a ser visto como “um movimento para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão”. (HOOKS,2000).

As pautas reivindicadas pelo movimento feminista são campo de disputa de poder, fato que reverberou na interpretação inadequada das ideias por setores da mídia, religiosos e pelo próprio Estado. Assim, foi criada a imagem da existência de um único tipo de feminismo, estereotipado em que ser feminista não é uma ideologia que você segue, mas um estilo de roupa ou visual que o outro transparece e esse foi a estrutura que se constituiu durante os tempos, uma mulher que luta pela igualdade de direito dos gêneros e contra a violência com a mulher não tem a estética higiênica e equilibrada para os outros e nem faz parte do gênero binário ela deve ser na visão grosseira homoafetiva, naturalista e odiar homens, e mais recentemente por intermédio das redes sociais e conjuntura política do país houve a associação do movimento feminista como “mimimi” de mulheres. Essa representação do que é uma feminista é o que tem marginalizado ainda mais as feministas na história e na sociedade.

Historicamente existem várias correntes políticas dentro do movimento feminista, sendo um erro considerá-lo como homogêneo, afinal há diferentes concepções e contextos do ser *mulher*, o que interfere diretamente nas pautas de reivindicação. A consciência sobre os diferentes graus de opressão que uma mulher sofre foi o que fez com que Lorde (1984) e Crenshaw (1991) falasse sobre Interseccionalidade⁵, um sistema de poder que trabalha sobre a opressão de acordo com a classe, raça e gênero, dentre as mulheres que estão inferiorizadas por essa dinâmica de poder que combina essas três vertentes existem as mulheres negras.

As mulheres afrodescendentes durante séculos vêm lutando pelo direito de ser elas mesmas, ainda que não soubessem dar o nome do contra o que estava

⁵ Em 1989, Kimberlé Crenshaw publicou em inglês o artigo “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex : A Black feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politic” inaugurando o termo Interseccionalidade. Posteriormente, em 1991, reaplicou na publicação “Mapeando as Margens: Interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor” para descrever a localização interseccional das mulheres negras e sua marginalidade estrutural, aportada à teoria crítica da raça e conceito provisório de Interseccionalidade. Desde então, o termo demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos, jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras. (AKOTIRENE, 2019)

Apesar da inauguração do termo apenas em 1989, antes já existia a discussão da Interseccionalidade de opressões como pode ser comprovado no livro de Sister Outsider de Audre Lorde publicado em 1984.

lutando, essas mulheres aprenderam a reconhecer seus opositores e suas fraquezas, sendo-as parte de dois grupos oprimidos, pela sua raça e seu sexo. Afinal, não é comum ouvirmos alguém se levantar, além da minoria de mulheres feministas ou militantes negros, quando o secretariado é composto em sua totalidade por homens brancos, afinal, encara-se como natural determinados postos de trabalho para determinada classe, raça e gênero.

Essa mesma concepção de poder branca e patriarcal foi o que fez Sojourner Truth, uma mulher negra, falar em prol das mulheres na Convenção de Mulheres de Akron, Ohio em 1851 com o discurso “*Ain’t I a woman?*”, segundo Davis, pelo direito ao voto em frente a uma maioria de pessoas brancas derrubando a concepção de “sexo frágil” pontuada por abolicionistas brancos ao mesmo tempo em que lutava com e contra às mulheres brancas racistas pelo seu lugar de fala enquanto mulher e enquanto negra, no local em que a maioria era contra a existência negra.

Eu lavrei, plantei, e ceifei para celeiros e nenhum homem podia ajudar-me! E não sou eu mulher? Podia trabalhar tanto e comer tanto como um homem – quando podia fazê-lo e suportar o chicote também! E não sou eu mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maior parte delas serem vendidas para a escravatura, e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus me ouviu! E não sou eu mulher? (TRUTH,1851 apud DAVIS,1982).

Discursos como esse são pontos motivadores que fazem com que a mulher negra de hoje perceba que sua influência pela história não foi pouca. A supressão de figuras de poder e de fala negras durante a história não é uma novidade na atualidade, personagens como Maya Angelou (1928-2014) uma ativista, poetisa, atriz e escritora que durante toda a sua vida teve que lutar constantemente contra o racismo e a opressão masculina para viver, sustentar seu filho para educar e ensinar sobre a cultura negra e os efeitos disso foi uma mudança e enraizamento na cultura americana.

Sojourner Truth uma ativista do movimento feminista que na busca pelo direito ao voto por falar da perspectiva feminina negra sobre suas dificuldades e anseios foi quase silenciada por mulheres e homens durante a Convenção de Akron em Ohio em 1851. Contudo nenhum deles conseguiu silenciá-la e como resultado ficou marcado na história o discurso que ela fez naquele local foi ele denominado “*Ain’t I a woman?*” e esse foi o discurso que alimentou e motivou o movimento

feminista daquele tempo. Por fim, Saartjie (Sarah) Baartman uma mulher negra que em 1810 foi levada da África para ser exibida em espetáculos, pois ela tinha uma doença que fazia com que partes do seu corpo fossem muito avantajadas o que fazia com que a enxergassem como um exemplo e um objetivo a ser exibido e mesmo após a sua morte não foi diferente seu cérebro, esqueleto e órgãos sexuais foram expostos em um museu em Paris apenas em 2002 pelo pedido do Presidente Nelson Mandela ela pode voltar para casa para ter um enterro digno.

Essas mulheres foram reprimidas, discriminadas e negadas de diversas formas são figuras não apenas de corpo, mas reflexos de uma sociedade patriarcal, opressiva e racista.

3.1. Feminismo e feminismo negro no Brasil

Assim como o feminismo estrangeiro, o feminismo brasileiro é dividido em fases. A sua primeira fase começa no início do século XX até o começo de 1970. Marcado também pela luta pelo sufrágio feminino se iniciou com a reivindicação das mulheres de classe média urbana e com nível superior.

Segundo Damasco (2008, p.21) o primeiro grande ponto dessa primeira fase é em 1910 quando Deolinda Daltro funda o Partido Republicano Feminino que mais tarde é substituído pela Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) criada por Bertha Lutz militante feminista que retorna de Paris para o Brasil em 1918. A primeira luta do órgão foi pelo voto feminino e com a ajuda do Governador de Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine em 1927 o Rio Grande do Norte teve sua primeira eleita Celina Guimarães Viana.

Entretanto, foi apenas nos anos 30 com início da Era Vargas (1930-1945) que elas conseguiram legislar seu direito ao voto com o Decreto de Lei 21.076 de 24 de fevereiro de 1932. Com base na Constituição de 1934 as primeiras deputadas são eleitas.

Agora as reivindicações passam a ser por melhores condições de trabalho e ampliação da licença-maternidade. Em 1937, o mundo em meio a regimes autoritários e ditoriais o Brasil se encontrava na vigência do Estado Novo, o espaço para desenvolvimento de movimentos sociais se fecha. No final da Segunda

Guerra, a redemocratização e organização de associações femininas ganham força junto aos movimentos sociais de reforma.

A segunda Onda começa em meados de 1970 com uma maior visibilidade no estudo da mulher e do gênero, o nascimento do ativismo de mulheres negras. O movimento feminista assume uma nova visualização com relação com os “grupos de reflexão”, mas o principal foco foi o Movimento Feminino pela Anistia inaugurado em São Paulo. Em 1979, a concessão para anistia passou, contudo, esse ato não era um ato em prol da luta feminista.

Entre 1975 a 1985 é instaurado pela União das Nações Unidas (ONU), a Década da Mulher e é em meio a essa exaltação feminina que em 1980 amadurece o feminismo negro no Brasil.

Em junho de 1975 ocorreu a “Semana de Pesquisa sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira” organizado pela ONU e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em que mulheres discutiram sobre temáticas feministas mais importantes e durante os debates duas vertentes nasceram, a primeira falava sobre a mulher no mercado de trabalho e seus direitos, a segunda falava sobre sexualidade, aborto e contraceptivos. Todavia, esse segundo assunto era conhecido com tabu no Brasil naquele tempo o que fez com que a primeira vertente se prevalece o que fez com que no documento final oficial do evento os debates acerca de sexualidade e saúde reprodutiva feminina não fossem incluídos nele. Nesse mesmo ano foi fundado o Centro da Mulher Brasileira (CMB) em São Paulo com o objetivo de promover ações ao redor da temática feminina.

Para que a década da mulher fosse cada vez mais progressista durante os anos seguintes várias o surgimento de diversos grupos de estudo em universidades e grupos midiáticos como Núcleo de estudos Acadêmicos sobre a Mulher (NEM) em 1980 na PUC-RIO e o jornal “Mulherio” respectivamente foram ótimas fontes de construção de conhecimento e debate acerca da temática.

Esse não foi o único ponto importante daquela década o auxílio na redemocratização do país também era um dos objetivos feministas. Com o fim do Bipartidarismo em 1980 a mulher procura cada vez mais espaço para atuar dentro da área política brasileira na intenção de realizar mudanças sociais positivas para a comunidade feminina. Nesse mesmo ano surgem novos partidos como Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido da frente Liberal (PFL) hoje conhecido com

Democratas (DEM). Floresciam os estudos de gênero no país e a discussão sobre a diferença existente entre homens e mulheres não tinha ainda se aprofundado e ainda assim as feministas dos partidos PT e PMDB entram em embate sobre que caminho tomar no desenvolvimento do movimento feminista naquele tempo.

O PMDB buscava a institucionalização do movimento, já o PT buscava uma maior autonomia do movimento feminista. Acabou prevalecendo a Institucionalização do movimento. A partir disso nasce o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, seguido pelo Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) em 1983 formalizando ainda mais a institucionalização até que em 1990 diversas Organizações Não-Governamentais (ONG's) como *Geledés, Crioula e Fala de Preta!*, surgem para fortalecer ainda mais o movimento após a década da mulher. (DAMASCO, 2008).

O feminismo negro brasileiro começa a despontar na história entre meados dos anos 70 percorrendo os anos 80 na busca por fortalecimento definição e identidade (DAMASCO, 2008, p.20). Em julho de 1975, é apresentado no Congresso de Mulheres Brasileiras o Manifesto das Mulheres Negras reconhecendo as divisões raciais existentes dentro do feminismo. (CALDWELL, 2000, p.97-98 apud MOREIRA, 2007, p.60).

À época o feminismo enfrentava a efervescência do mundo e do Brasil na urgência da luta pela liberdade sexual e direito ao aborto. O feminismo hegemônico como se conhecia estava sendo criticado e debatido e a identidade universal estava dando lugar agora para discussões a respeito do feminismo de “igualdade” e o de “diferença”.

Segundo González (2002); Aguilera (2009); Piscitelli (2002) apud Cardoso (2012), o feminismo de “igualdade” era percebido como universal, como uma construção sociocultural, colocando mulheres e homens como iguais e qualquer diferença existente em sociedade é uma consequência da relação de dominação e as especificidades nas mulheres são vistas como forma de hierarquização dos sexos, tendo como estratégia a reivindicação dos direitos das mulheres e seu exercício com o objetivo de acabar com a situação de subalternidade. O feminismo de igualdade inclui feminismo liberal, socialista (e marxista) e o radical. O feminismo de diferença focava na diferença entre mulheres e homens, às vezes biológica, às vezes cultural ou as duas ao mesmo tempo.

Assim, destacamos que homens e mulheres são diferentes, e esta relação não deveria ser opressora. Assumir a igualdade entre mulheres e homens é negar a diferença sexual feminina e reproduzir o sexismo ao invés de questioná-lo. (CURIEL, 2009 apud CARDOSO, 2012). No auge da crítica do feminismo hegemonicó identificaram três pontos de análise básica, a saber: as mulheres com um grupo coeso e sólido, o conceito de universalidade na identidade e de toda a cultura e a homogeneidade da opressão que existe entre as mulheres. (MOHANTY, 2008 apud CARDOSO, 2012).

O ponto principal de ruptura do feminismo tradicional para o feminismo negro no Brasil foi quando as mulheres negras perceberam que apenas a distinção de gênero não abarcaria todas as desigualdades que existem na sociedade com relação à mulher negra.

Essa percepção trouxe à tona as origens do problema e as discussões a respeito das consequências dessa disparidade entre mulheres Negras e mulheres brancas. Toda essa crítica foi fortalecida por livros e estudos de teóricas norte-americanas dando um entendimento que as questões estudadas são mundiais.

Em 1978, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial (MUCDR) surge em São Paulo, mas um ano depois é rebatizado para Movimento Negro Unificado (MNU) como é conhecido até hoje. (PINHO, 2003 apud GOMES, 2012).

O MUN da década de 70 e 80 era conhecido pela sua característica machista dando a mulher pouco poder de decisão e relegando sua participação a papéis estigmatizados como femininos.

Ainda em 1979, feministas negras tentam trazer à tona as problemáticas de atraso político e a negação do racismo, entretanto mais uma vez foram silenciadas pela negação e necessidade de explorar as mulheres negras que acabavam sendo suas empregadas domésticas e babás das feministas brancas, progressistas e de esquerda que estavam fora de casa lutando pelo direito das mulheres. O MNU não entendia a função de discutir as bandeiras das mulheres negras dentro do coletivo.

Segundo Domingues (2007) apud Malta e Oliveira (2016, p.59) “após muita luta e reivindicação de demandas em 1982, as questões sobre a mulher negra foram debatidas no congresso da MNU e inseridas nos documentos aprovados, consolidando-se no seu Programa de Ação.”

Em 1985, no III Encontro Feminista Latino-americano que aconteceu em Bertioga/São Paulo onde as mulheres negras foram fundamentais para a mobilização das mulheres negras. Nesse encontro um ônibus vindo do Rio de Janeiro lotado de ativistas negras não inscritas queriam participar e ao final foram contabilizadas 850 participantes sendo 116 mulheres que se declararam como negras mestiças. No mesmo ano a III Conferência Mundial de Mulheres em Nairóbi, as feministas Albertina Costa, Thereza Santos e Sueli Carneiro Organizam juntas uma publicação sobre o diagnóstico da situação da mulher brasileira nas diferentes esferas sociais. (MOREIRA, 2007, p. 59).

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras ocorreu no ano de 1988 em Valença/Rio de Janeiro participarão 450 mulheres negras de 17 estados. Já em 1995 na IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, proporcionou um debate acerca do feminismo e das questões raciais e étnicas, o que ajudou a consolidar ainda mais o espaço já aberto para o que já estava em construção do trabalho das ativistas negras em construir um sólido movimento de mulheres negras, o feminismo negro. (DAMASCO, 2008, p. 48-50).

O Grupo de Trabalho em 1996 e o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação em 1997 foram espaços de formulação para políticas de valorização da população negra. (RIBEIRO, 2008).

A Conferência de Durban em 2001 teve como slogan “Unidos para Combater o Racismo: Igualdade, Justiça e Dignidade” e foi conectada a agenda 2001 – Ano Internacional de Mobilização Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância -, a partir dela foram elaborada a Declaração e Programa de ação de Durban após isso as ações começaram em vários ministérios promovendo políticas de igualdade racial afim de fortalecer os compromissos assinados durante a conferência estipulados pela Declaração e Programa de Ação Durban, uma das primeiras análises foi a de Álvaro Belo que promoveu 17 desafios com ênfase na perspectiva de Gênero, combate ao racismo e discriminação especialmente ao que se refere a situação das mulheres, mas a grande novidade foi a criação de instâncias voltadas ao tratamento das questões raciais de discriminação racial e étnica em 16 países – Argentina, Chile, Canadá, Brasil, Colômbia, Honduras, Costa Rica, Estados Unidos, Guatemala, Panamá, México, Uruguai, Peru, Venezuela, Bolívia e Equador – no entanto não foi até o

governo de Luiz Inácio LULA da Silva em janeiro de 2003, que foi criado a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. (RIBEIRO, 2008).

A partir desse ponto são criadas diretrizes que visão promover a igualdade racial, como a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) um marco regulatório para o governo Federal. A implementação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), que reafirmam as ações prioritários em educação, saúde, segurança, trabalho e acesso à terra e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), as mulheres negras que elaboraram o capítulo “Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia” foram consequências das muitas políticas que visam a igualdade racial. Com a implementação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), reafirmaram-se as ações prioritárias em educação, saúde, segurança, trabalho e acesso a terra. No II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), as mulheres negras foram responsáveis pela elaboração o capítulo “Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia”. (RIBEIRO, 2008).

Anos depois com a popularização da internet e mídias sociais digitais novas estéticas e uma nova identidade foi nascendo junto com o fortalecimento do movimento feminista negro promovido pelo crescimento econômico das primeiras décadas do século XXI que alavancaram a nova classe incentivando a criação de um novo nicho de produtos voltados para essa nova comunidade, oferecendo a afro-brasileira da contemporaneidade uma nova forma de se conectar com suas raízes. (BARROS, 2018).

Essa nova identidade visava assim como o movimento de negritude de Munanga (1988), a valorização das características negroides como cor da pele, cabelo e estrutura óssea. (BARROS, 2018). Este fato pode ser visto como uma oportunidade de afirmação, mas não deixa de ser uma oportunidade que o mercado de estética e cosméticos encontrou de reconhecer na população negra mais uma oportunidade de nicho de mercado consumidor, haja vista o crescente avanço socioeconômico de homens e mulheres negros/as.

O avanço das tecnologias de informação e comunicação fizeram crescer novas comunidades digitais, e assim nasce a cibercultura⁶ negra feminista que

⁶Segundo Lemos (1997) apud Malta e Oliveira (2016) é a “cultura contemporânea marcada pelas redes telemáticas, pela troca online e pela navegação em rede global que busca agregar e cambiar informações e material simbólico.

permite a mulher negra difundir e construir sua nova identidade e auxiliar a construção da identidade de outras afro-brasileiras que enfrentam o mesmo problema.

Dentro dessa cibercultura negra surge dois movimentos muito importantes que pairam a comunidade negra brasileira o Swag⁷ e a Geração Tombamento. Aonde os jovens utilizam das simbologias e manifestações culturais para criar um registro de sua identidade (FREIRE FILHO e FERNANDES, 2005 apud BARROS, 2018) e criar uma sensação de pertencimento com a comunidade que escolhe fazer parte.

Segundo Barros (2018), essa geração tombamento recebeu esse nome graças a música da rapper Karol Conká chamada “tombei” que exalta a estética colorida, natural, estampada e cheia de acessórios que reafirmam e demarcam a identidade negra numa forma de valorizar as características negras existentes.

“O Tombamento sugere que os corpos negros, de diferentes tons, tamanhos e formas, são belos e carregam significados para além da marginalização a que foram submetidos.” (BARROS, 2018).

Essa era de digitalização e mídia social foi cada vez mais sendo tomada pelo ciberativismo⁸, surge dentro do feminismo negro nas ações de jovens que em sua maioria utilizam desse ciberespaço composto por Facebook, Instagram, Blogs, Twitter etc. para divulgar suas plataformas como *Geledés, Que Nega é essa?, Blogueiras Negras, Afro e Afins* (Canal do YouTube), *Papo de Preta* (Canal do YouTube), *Canal Preto* (Canal do YouTube) etc. que se fundamentam na luta antirracistas e antissexistas para educar e motivar outras jovens sobre a negritude da mulher brasileira dentro de uma sociedade construída por concepções patriarciais, racistas e sexistas.

⁷ Segundo Barros (2018), é uma gíria de língua inglesa que significa legal ou “maneiro”. “Swagger, também conhecido com Swag, faz parte do código que distingue o hip-hop de outras subculturas e o restante da população normativa. Se a arrogância é conduzir a si mesma com “um ar de confiança arrogante” (Merriam-Webster), Swag é o resultado do esforço calculado e informado.” (TOUSLEE, 2014, p. 5-6 apud BARROS, 2018)

⁸ “(...) toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através da “boca a boca” multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal.” (UGARTE, 2008, p.55 apud MALTA e OLIVEIRA, 2016).

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e foi realizada entre os meses de fevereiro e novembro do ano de 2019, na Sede da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Vale salientar que a UFRPE foi criada em 3 de novembro de 1912 por meio das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento, pelos monges Beneditinos Dom Plácido de Oliveira, Dom Pedro Bandeira de Melo, Dom Bento Pickel e Dom Agostinho Icos, liderados por Dom Pedro Roeser Abada do Mosteiro de São Bento.

A instituição foi instalada no prédio anexo do mosteiro como uma situação de comum acordo entre igreja, estado e sociedade, mas não foi apenas até 1914 que sua primeira aula inaugural foi realizada após a orientação do curso preparatório que envolveu monges-professores e alunos. (UFRPE, 2013).

A história da Universidade foi dividida em quatro períodos: Período Beneditino ou Período de Tapera, de 1912 a 1936 – Instalação da Escola se localiza em São Lourenço da Mata; Período da Estatização, de 1936 a 1956 – a unidade passa a ser chamada de Escola Superior de Agricultura de Pernambuco e para de ser administrada por monges o novo diretor é Otávio Gomes de Moraes Magalhães e se muda para a Dois Irmãos no Recife; Período da Ordem Federal subordinada ao Ministério da Agricultura, entre os anos de 1956 e 1966 – A Unidade assume outro nome Universidade Rural de Pernambuco; Período da Ordem Federal subordinada ao Ministério da Educação, desde 1966 aos dias atuais – O nome se modifica para Universidade federal Rural de Pernambuco de forma definitiva. (UFRPE, 2013).

Da criação até o momento da escrita desta monografia, a UFRPE se transformou de diversas formas desde a sua condição administrativa e constituição até os alunos ingressantes. Em seu início, os primeiros alunos eram focados nos descontentes e familiares de produtores rurais de médio e pequeno porte e grandes fazendeiros, em sua forma majoritária de homens brancos e burgueses a fim de incentivar os jovens pernambucanos o gosto por atividades pastoris para favorecer a economia local.

A discussão da trajetória da docente negra dentro da construção histórica de supremacia branca e patriarcal que foi a UFRPE no início e a perspectiva transformadora a partir da inserção dessas docentes não se mostrou fácil, haja vista que não há registros específicos que delimitem a atuação de professoras negras na

universidade. Assim, esse estudo utilizou dados secundários obtidos a partir de consulta a periódicos, livros, pesquisas de instituições, artigos etc. estabelecendo uma base de conhecimento fundamental a uma construção representativa identitária, relações de gênero, classe e raça.

O público selecionado foi de professoras que se autodeclaravam negras integrantes do quadro funcional da UFRPE, as quais foram identificadas através do contato estabelecido com os departamentos da universidade, a saber: Gastronomia, Administração, Biologia, Ciências Sociais, Tecnologia Rural, Educação e Ciências do Consumo. Ao todo a pesquisa alcançou 14 professoras, mas foram utilizados apenas os dados daquelas que se classificaram como negra, morena clara e parda que constituíram 8 docentes.

A análise dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo conforme Bardin (1977), que se coloca como forma de compreender o indivíduo e o ambiente como “contributo de partes observáveis.”

Com base em Minayo (1992), podemos apontar três finalidades para essa etapa: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento pesquisado, articulando-o ao contexto social da qual faz parte. (MINAYO, 1995).

Esta pesquisa possui perspectiva exploratória que segundo Gil (2007) se classifica pelo objetivo de dar uma visão geral a cerca de um fato. Os dados foram registrados e tabulados na plataforma *google drive* na ferramenta formulários.

Conhecer o material de estudo e entender as dinâmicas em relação ao seu contexto é fundamental. Ao estudar a mulher negra dentro da academia encontramos diversas lacunas. Isto demonstra o quanto pouco pesquisado o objeto de estudo se encontra. Ao relegar, a mulher negra sobre diversas opressões, estigmatizar a história africana pela sua forma de propagação falada e não escrita, ao inferiorizar a negritude através da exaltação de uma supremacia branca e ao reduzir a mulher ao segundo plano por uma ideologia patriarcal.

Através do dimensionamento ideológico e científico de Minayo (1994), estabeleceremos as bases da pesquisa teórica e levantamento bibliográfico, ultrapassando o senso comum reconstruindo uma “realidade enquanto objeto de conhecimento, através de um processo de categorização (possuidor de características específicas) que une dialeticamente teórico e empírico.

Utilizamos para levantamento de dados a pesquisa bibliográfica (GIL, 2007), para as informações históricas de construção identitária, representação e transformação dos caminhos que levaram a mulher negra até o magistério dentro da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

A busca pela construção do conhecimento se encontra no método objetivo a qual ele se fundamenta para a apreciação dos dados, a qual feita de forma apropriada direciona a pesquisa no caminho que constrói um abrangente conhecimento social sobre o assunto em discussão.

Esse método foi escolhido como uma forma de acessar e ao mesmo tempo manter certo distanciamento do objeto de pesquisa devido ao fato da pesquisadora ser uma mulher negra dentro do ambiente universitário que se fala e por isso influencia e é influenciado pelo meio na busca da construção do entendimento da compreensão das docentes sobre esse empoderamento social que se baseia não na independência financeira ou pessoal, mas no entendimento da sua posição social como influenciadora e ser influenciável pela sociedade e que, portanto constrói e pavimenta o caminho de uma comunidade vista e compreendida enquanto minoria.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do que foi apresentado anteriormente, construímos diferentes tópicos listando as perspectivas levantadas através do questionário que foi apresentado a professoras da UFRPE. O total de participantes foi 14 docentes, contudo foram utilizados apenas 8 dos questionários respondidos, haja vista que não houve restrição étnico/racial, por entender a importância de se reconhecer como negra e evitar imposição por parte da pesquisadora. Assim, este tópico foi dividido em 3 partes em que tratam do perfil das docentes negras e apresenta discussão sobre o acesso ao ensino como meio para rompimento das barreiras sociais historicamente processadas no seio da sociedade brasileira escravocrata. No segundo momento, apresentamos o significado de ser docente universitária negra na perspectiva das participantes, que de modo geral, vêm como “lugar merecido” ou mesmo “honrada” em assumir tal espaço. E por fim, uma breve discussão sobre o ativismo em movimento feminista negro no espaço acadêmico.

5.1. O perfil das docentes negras e a relação com o Ensino

Dentro do universo pesquisado coletamos 8 professoras, contudo o total de autodeclaradas negras são quatro, morena clara são duas e pardas são duas. Suas idades variam entre 37 e 56 anos. Seu tempo de serviço varia entre 7 meses e 14 anos. Encontram-se nos departamentos de Administração, Tecnologia Rural, Educação e Ciência do Consumo. A média salarial encontrada é mais de 5 salários mínimos. Todas têm alguns membros da família já graduados, moram relativamente perto do local de trabalho.

A realidade desses indivíduos categorizados nesse primeiro parágrafo em si demonstra as transformações sociais vividas pelas mulheres negras ao longo do tempo. Apesar da baixa quantidade de mulheres negras, a sua inserção dentro do ambiente acadêmico é um fato.

Contudo, esse fato não apaga a divergência racial existente dentro da academia, os problemas e fundamentos dessa natureza. Ao falarmos constantemente da construção identitária da docente negra, vários fatores

interseccionais vêm a tomar como forma de construir essa trajetória, desde os fatores históricos até os fatores pessoais de cada indivíduo que auxiliaram para que ela chegassem no patamar que se encontra hoje. Ignorar essa disparidade substancial de números é ignorar as particularidades das construções identitárias que formulam esses números em percentuais tão baixos como se encontram hoje.

Segundo Gonçalves (2018), o Instituto Nacional de estudos de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2016, confirma o caráter segregacionista dos Institutos de Ensino superior ao revelar em uma das suas raras categorizações o percentual existente de docentes autodeclarados negros e negras nas Instituições de Ensino Superior pública e privada é de 1,34% frente a uma quantidade de 384.683 docentes e o de mulheres negras docentes com doutorado é de 0,4% em todo o país.

Em diferentes Universidades de ordem pública esses percentuais vêm aparecendo com formas de exemplificar e criticar a ausência do negro como figura de poder na academia, como o evento que aconteceu na UFJF pelo departamento de ações Afirmativas confirma a quantidade de 20 professores negros/as em 1 mil docentes da instituição, o qual nos referimos no início deste trabalho. A Universidade de São Paulo (USP) realizou um levantamento de dados sobre o percentual de professores negros/as e pardos/as na universidade, o qual chega a 1,83%, enquanto na Universidade de Brasília soma um total de professores e professoras negras no campus de 65 docentes (1,77%) e por último na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) constata em 2005 que dos 670 docentes apenas 3 deles eram negros/as. (GONÇALVES, 2018).

Segundo Ristoff (2007) apud Silva (2010), a publicação *Mulher na educação Superior Brasileira 1991-2005* tínhamos em 2005 um total de 63.234 doutores atuantes na educação superior brasileira dentre eles apenas 251 eram mulheres negras mesmo considerando as ingressantes dos concursos 2006-2007 não incluídos nos dados do Sinaes⁹ disponibilizados naquele tempo. Sendo 80% delas pertencentes a área de humanas. Divididas regionalmente, o maior percentual delas se alocava em duas regiões 90 dessas docentes (36,14%) se encontravam no Nordeste e 86 no Sudeste (34,54%).

⁹ Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Segundo Carvalho (2006, p. 92) apud Gonçalves (2018) no ano de 2006 os professores e professoras das principais universidades do país se reuniram e foi observado que neste universo era racialmente dividido entre 18.330 professores brancos/as e 70 negros/as dando um percentual entre 99,6% de docentes brancos/as e 0,4% de docentes negros/as. Comprovando assim aquilo que Gonçalves chama de *apartheid* racial dentro da academia.

Com uma construção social que dita o lugar da mulher negra no mercado de trabalho como sendo comumente o da empregada doméstica, cozinheira, cobrador de ônibus, prostituta etc. “nesta divisão racial, mulheres negras definitivamente não são docentes e quando conseguem romper as barreiras raciais, com frequência, são lembradas de que estão fora de seus lugares.” (GONÇALVES, 2018). Ter o conhecimento que a afro-brasileira está chegando a patamares mais elevados na área trabalhista é uma forma de comprovar a ascensão social feminina negra e de reforçar a luta feminista negra que vem acontecendo no Brasil desde o final do século XX até os dias de hoje.

5.2. O significado de ser docente negra

Para de marcação desse tópico comprehende-se que ser uma docente negra é ser minoria e que essa minoria tem que constantemente se provar merecedora daquela posição social que ocupa, pois o estereótipo existente sobre a mulher negra coloca-a em posições sociais de subalternidade e inferioridade, por isso debateremos acerca de três temas principais que permeiam a identidade da docente negra na contemporaneidade e predominaram nas respostas obtidas a partir do questionário são eles racismo, empoderamento e inspirações, demarcando as duas últimas perguntas como resultado das construções desses temas.

Metade dos questionários relata a existência do racismo sendo que a maioria das mulheres negras afirmaram que já sofreram dentro da Universidade e algumas relatam os acontecimentos, a exemplo da fala a seguir:

Em congressos acadêmicos, pessoas tendem a não valorizar o meu trabalho a partir da “primeira impressão”. (Maria¹⁰)

Apesar de não pautada pela professora se a primeira impressão é ligada a imagem ou não, é fácil compreender a barreira existente dentro da academia sobre a comunidade negra. Hooks (1995) fala sobre sua coletânea de ensaios chamada *Talking Back* (retrucando), que debate acerca do medo do trabalho acadêmico não ser levado a sério por causa do estereótipo racista/sexista que estigmatiza a sua inteligência.

Seja pelo impacto da sua aparência, ou seja, pelo impacto do seu estudo, Lorde (1984) fala sobre a escrita das mulheres de Cor ser para as mulheres brancas “muito difícil de compreender” ou “muito diferente”.

Além desse tema falaremos sobre o empoderamento¹¹, que de forma absoluta dentro da pesquisa foi obtido que todas (negras, morena clara e parda) sabiam o que era empoderamento dentro de sua própria compreensão sobre a construção do termo no movimento social atual, como relatam abaixo:

“Sim. Apropriação de espaço... pensamos decisões.” (Maria)

“Fortalecimento. Autoconfiança.” (Roberta)

“Empoderamento envolve a aquisição de capacidades de todos os tipos: humanos (como boa saúde e educação), sociais (como pertencimento social, senso de identidade, relações de liderança) e psicológico (autoestima, autoconfiança, capacidade de imaginar e aspirar a um futuro melhor).” (Amanda)

A falas revelaram que as docentes compreendiam a si mesma como pessoas empoderadas, pois detinham a autonomia sobre suas vidas e tinham consciência da sua posição social. Desta forma, quando perguntadas “Você se considera uma mulher empoderada? Por quê?” responderam:

¹⁰ Todos os nomes apresentados aqui referentes as docentes são fictícios para a preservação da identidade das docentes participantes.

¹¹ No *Cambridge Dictionary*, dicionário da britânica universidade de Cambridge, a palavra *empowerment*, termo cunhado pelo sociólogo estadunidense Julian Rappaport em 1977, tem o seguinte significado: “o processo de ganhar liberdade e poder para fazer o que quer ou controlar o que acontece com você”. Da mesma forma, a palavra “empoderamento”, literalmente, significa dar poder ou capacitar. Para o sociólogo, era preciso instrumentalizar certos grupos oprimidos para que pudessem ter autonomia. (BERTH, 2019)

“Sim. Sou dona do meu nariz.” (Rute)

“Sim. Me sinto uma mulher empoderada, não ligo para o que as outras pessoas pensam e sim para o que eu penso sobre mim mesma.” (Catarina)

“Sim, porque sempre busquei minha independência.” (Tereza)

Entretanto, essa perspectiva de empoderamento se perde para algumas ao identificar seu empoderamento apenas de uma forma monetária ou apenas como uma forma de independência pessoal e senso de propriedade e não como uma forma de construção psicológica que afeta, transforma e movimenta toda uma comunidade e que por movimentar motiva outros a fazerem o mesmo.

Ao serem perguntadas sobre suas perspectivas no que se refere à sua posição como docente negra na UFRPE e se poderia ser encarada como forma de empoderamento, algumas contradições apareceram:

“Não considero. A não ser que se avalie o acesso à educação superior como forma de empoderamento.” (Roberta)

“Acredito que sim” (Uriel)

Apesar da maioria concordar com a resposta de *Uriel* é comum perceber essa divergência quando falamos de frente a uma construção social meritocrática que encara e incentiva a didática de acesso ao Ensino Superior como algo que acontece devido apenas ao seu esforço sem levar em conta os fatos que afetam o indivíduo que está tentando chegar à universidade.

De acordo Lane (1995) apud Crisostomo e Reigota (2010) isso se chama ideologia do esforço, uma estratégia utilizada para reforço da ideologia dominante. Segundo Cepesc¹² (2009) foi apenas no final de 1870 que abriu instituições de nível superior para mulheres, mas não para todas elas.

No tocante ao acesso à educação, Cunha Jr. (1999) apud Cruz (2005) pauta a escolarização do negro durante a história datada desde o registro de uma escola criada no Quilombo Lagoa-Amarela pelo negro Cosme no Maranhão como um dos líderes a Guerra dos Balaios, no Quilombo Lagoa-Amarela entre 1838 e 1841.

¹² Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva.

Apesar de surpreendente, mesmo durante a Lei do Ventre Livre já existiam escolas de ensino ao negro embora que no Império em nível legislativo os negros libertos e escravos foram proibidos de frequentar a escola pública e mesmo que o direito ao estudo fosse garantido a plena atividade desse direito foi podada na maior parte do país e para a maioria da população negra pela construção social da época.

Segundo Dias (2004, p.52-53) o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases 4.024/61 deu importância às questões raciais ao formular a Alínea g, a qual condenava qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como quaisquer preconceitos de classe ou de raça. Buscava uma sociedade brasileira mais racialmente igualitária. Infelizmente, o período ditatorial que se seguiu retrocedeu e por reconheceu a população negra como destinatária da educação pública brasileira e de forma majoritária os educadores romperam com o tratado de levar a questão racial na generalidade mantendo, assim, a concepção de democracia racial.

Contudo, de acordo com Gomes (2012), a questão racial ganhou lugar nas Leis de Diretrizes e Bases (LDB) com a Lei n. 9.394/96 com a alteração dos artigos 26-A e 79-B pela Lei n. 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio. Esta foi alterada mais uma vez a partir da Lei n. 11.645/08 para a inclusão da comunidade indígena nessa obrigatoriedade de ensino. Com o Ensino Superior a Lei Federal n. 12.288/12 institui o Estatuto de Igualdade Racial aprovado como princípio da ação afirmativa pelo Supremo Tribunal Federal (STF), entretanto apenas com a sanção da presidência da República da Lei n. 12.711/12 que as cotas sociais e raciais são dispostas para o ingresso nas universidades federais e instituições federais de ensino técnico e de ensino médio.

Por último, as inspirações para que tivessem almejado estar no espaço acadêmico, segundo as docentes participantes da pesquisa, vieram de várias vias diferentes, sendo pelas famílias, a si mesmas ou então terceiros.

“Sim, professor orientador.” (Maria)

“Sim minha mãe.” (Uriel)

“Sim, nas mulheres que me fizeram refletir sobre o desafio de ser mulher na sociedade atual.” (Alberta)

“Nunca usei desta metodologia para motivar a minha vida e minha trajetória. Sempre busquei em mim mesma as minhas inspirações, tracei planos e metas para atingir os meus objetivos.” (Catarina)

Essas inspirações são muitas vezes formadas através do que se visualiza como figura de poder ou do que se idealiza para si durante a construção de sua identidade, a ausência dessas figuras semelhantes ao indivíduo cria dentro dele um vazio no lugar que seria o sentimento de pertencimento social.

5.3. Ser negra não deduz que se é ativista

Neste tópico apreciamos que o ser negra não é pré-requisito para se reconhecer como feminista ou ativista do movimento negro. Discutiremos de acordo com as respostas o que é esse racismo de marca que fomenta muitas vezes o sentimento de inquietação dentro da população negra, também falaremos da Interseccionalidade como parte integrada desse racismo de marca.

Racismo de Marca é “quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque”. (NOGUEIRA, 2007, p.292) Essa forma de racismo é a principal forma de racismo conhecida no Brasil e a mais perceptível.

Percebeu-se esses acontecimentos em três das quatro docentes negras e uma parda confirmam ter sofrido ou presenciaram uma situação de racismo em algum momento dentro da academia ou fora, entretanto poucas exemplificam a situação ou momento e das duas docentes que se autodeclararam morena clara respondem que não sofreram racismo e apenas uma afirma já ter presenciado, mas não exemplifica.

“Fora da universidade - preconceito de algumas pessoas com a mudança do meu cabelo do escovado para o crespo.” (Catarina)

“Sim. Vivenciei várias situações da família, da comunidade e da escola fazer considerações negativas sobre cabelo crespo, que é um cabelo ruim, coisas do tipo: vai arrumar o cabelo que está

feio; lá vai aquela negrinha ali; só poderia ser negro mesmo, entre outros.” (Alberta)

Essas divergências nas respostas promovem o questionamento ao redor das realidades que perpassam esses indivíduos e isso leva a construção de novas epistemologias e termos como o de Interseccionalidade que se constroem a partir desse preceito de diferentes percepções do racismo obtidas a partir de perspectivas de classe, gênero e raça diferentes.

Essas divergências de opinião formam uma percepção ao mesmo tempo geral e unitária da comunidade negra. Ao falarmos do cabelo crespo falamos da identidade do ser negro frente à sociedade, uma parte de si que o diferencia do outro que tem cabelo liso ou encaracolado e por isso é observado ou até mesmo estigmatizado de outra forma na maioria das vezes não depreciativa e o caracteriza que o faz pertencente a uma comunidade, a um grupo de pessoas que tem experiências de vidas parecidas e que são vistas pelo mundo de mesma forma dando a esse indivíduo uma sensação de pertencimento de estar dentro não ser a margem da sociedade.

A Interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz das opressões. (AKOTIRENE, 2019).

A matriz das opressões é formulada pelas intersecções existentes na identidade de alguém e no momento que nós construímos em sociedade essa identidade também perpassa o social e como o outro vê o indivíduo, se na construção social ele é enxergado com um estereótipo hiperssexualizado e mais aceitável pela cor de pele mais clara e, portanto mais próxima da tonalidade branca conhecida como a mais bonita e superior, então as repreensões e rechaços sofridos vão ser bem menores ou velados, em contrapartida se a sua cor de pele é mais escura, mais distante da tonalidade branca o outro enxergará nesse individuo o conceito “exótico”, diferente, mas não bonito, considerado um estereótipo forte sem muita delicadeza os rechaços e repreensões vão ser maiores e por isso mais expostos.

Mais na frente perguntou-se sobre o que era o feminismo interseccional e foi observado entre as pesquisadas que apenas uma autodeclarada parda sabia o que

era, entretanto não conceituou o termo e as outras sete entre negras, morena clara e parda não sabiam o que era.

Além disso, apenas uma mulher negra se considerava ativista. E mesmo ela não participava ou participou de eventos feministas negros dentro da UFRPE. Vale salientar que apesar de não termos constatado nenhum movimento feminista negro na universidade a partir da fala das docentes, cita-se o grupo de pesquisa Geperges Audre Lorde (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde) o qual tem sido dirigido pela professora Drª Denise Botelho, o grupo de pesquisa MILBA (Memória e Imaginário nas Literaturas Brasileira e Africanas), o GEAF (Grupo de Estudos em Literatura de Autoria Feminina), credenciados no CNPq e certificados pela UFRPE, e o evento “Desfazendo Gênero”. Todos estes têm abordado as questões de gênero e raça perfazendo um rol de resistência fundamental para que a história e produção acadêmica das docentes negras sejam refletidas e contribuam para a desconstrução das amarras sociais que nos foram delegadas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender o empoderamento feminino negro na perspectiva de docentes afro-brasileiras que estão inseridas no ambiente universitário da UFRPE, partindo da seguinte problemática: Qual a concepção de empoderamento feminino negro das afro-brasileiras acadêmicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco e qual o significado há em ocupar tal cargo?

De modo geral, diante da análise realizada, as docentes se consideram empoderadas, e o significado da ocupação do cargo denota questão de esforço pessoal, e de liberdade para ser quem quiser na sociedade, mas não se associa diretamente à luta feminista negra, mesmo sendo fruto das lutas encampadas há séculos pelas mulheres negras no Brasil e no Mundo.

Percebeu-se que de acordo com os pontos discutidos anteriormente pode ser constatado que apesar de existir na compreensão mínima, por parte das docentes, acerca dos pontos aqui elucidados não é claro para a maioria que sua posição social representa dentro da história um avanço para a comunidade negra e que, portanto, ao analisarmos a docente negra num ambiente como a UFRPE formado no seu início para um público alvo de supremacia branca, elitizado, racista e sexista, temos que levar em consideração que apenas a presença dela e o fato da sua identidade ser construída a partir do pilar de ser mulher e negra já a coloca em um patamar diferente frente a posição da mulher negra décadas atrás.

As construções históricas do feminismo negro dentro do Brasil fundamentam os passos dessa mulher que entra na academia. A luta pelo voto, pela identidade própria, pelas necessidades específicas da mulher negra, pelo direito de fala, pelo ensino afro-brasileiro, africano e indígena etc. foram pontos fundamentais para que essa mulher negra pudesse ser cidadã da forma mais plena de direitos possível.

No entanto, ser docente negra na academia é ser minoria, constantemente marginalizada, invisibilizada e depreciada pelo estigma que a cor negra e que o ser mulher se impõe sobre esse indivíduo que está constantemente lutando para provar-se merecedor do título que recebeu e demonstrar que o estereótipo histórico-social construído sobre si que o oprimiu durante toda o sua trajetória até chegar a esse patamar social não é real e por isso o seu esforço e trabalho deveria ser respeitado e receber o devido valor.

Contudo, estar na condição de docente em uma universidade federal envolve nuances de classe que parecem ofuscar a necessidade de uma “atuação mais politizada”. O lugar que esta docente negra ocupa é, ou deverá ser, referência para outras egressas negras e um indicativo de rompimento das barreiras sociais que relegam a maioria de nós, mulheres negras, aos piores postos de trabalho.

No instante, que percebemos que essa constituição interliga o passado, presente e futuro, podemos enfim formular uma trajetória percorrida por essa profissional que se torna não só uma representação de ascensão social, mas também representação de uma comunidade que se transforma constantemente contra as opressões interseccionais que a circundam.

Nota-se ainda a escassez dos dados sobre docentes negras o que pode ser visto como uma oportunidade de pesquisas futuras e para o aprofundamento das questões que conectam gênero, raça e classe, a fim de que a memória das mulheres negras seja mais do que descritas ou documentadas, seja inspiração para as demais gerações ocuparem mais espaços de poder e representarem sua força na sociedade brasileira.

7. REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- _____ . ANDIFES: UFU – Consciência Negra – Onde estão os negros nas universidades? Minas Gerais: 2017. Disponível em: < <http://www.andifes.org.br/ufu-consciencia-negra-onde-estao-os-negros-nas-universidades/> > Acesso: 15 de jun. 2019.
- _____.266 p. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC ; Brasília: SPM, 2009.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, Maria Beatriz dos Santos. Uma “nova” estética feminina negra: swag, identidades e geração tombamento. IX Encontro Nacional De Estudos Do Consumo. Rio de Janeiro: ESPM. 2018. 19 p.
- BERTH, Joice. Empoderamento. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- BORGA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C.R. (Org.). Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres Negras e Poder: Um ensaio sobre a ausência. Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009. 50-55 p.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero Raça e Ascensão Social. Revista Estudos Feministas, v. 3, n. 2, p. 544, 1995.
- CARVALHO, Eliane Paula de. A Identidade Da Mulher Negra Através Do Cabelo. Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais – Núcleo de Estudo Afro-Brasileiros. UFPR: Curitiba. p. 61. 2015.
- CARDOSO, Cláudia Pons. Feminismo Negro e suas Interseccionalidade. In: Ana Rita Santiago; Juvenal Conceição de Carvalho, et al. (Org.). Descolonização do Conhecimento no Contexto Afro-brasileiro. 1ed.Cruz das Almas: Editora UFRB, 2017, p. 121-131.
- CARDOSO, Cláudia Pons. Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012.

- CRISOSTOMO, Maria Aparecida Dos Santos; REIGOTA, Marcos Antonio Dos Santos. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 15, n. 2, 2010.
- CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. História da educação do negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- DAMASCO, Marina Santos. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1996). Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde- Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: s.n., p. 159. 2008.
- DAVIS, Angela. *Women, Race & Class*. The Women's Press, Ltda. Grã Bretanha, 1982.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. New York: Random House, 1989. Tradução Heci regina Candiani. – 1^a Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.
- DIAS, Lucimar Rosa. Quantos Passos Já Foram Dados? A Questão De Raça Nas Leis Educacionais: Da LDB De 1961 À Lei 10.639. Revista Espaço Acadêmico, v. 38, p. 1-16, 2004.
- FREITAS, Viviane Gonçalves. Mulheres negras e família: o debate na imprensa feminista brasileira. *Feminismos*, BA. Vol.6, N.1, p. 20-32, 2018.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 51^a ed. São Paulo: Global, 2006.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS*. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5^a Ed. 8^a reimp. São Paulo. Editora: Atlas, 2007.
- GONÇALVES, Renata. *A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR*. Poiésis, v. 12, n. 22, 2018.
- GOMES, Cláudia Ferreira Alexandre. *Identidade Negra E O Consumo de Cosméticos Afro*. Desenvolvimento Social–Pgcds Mestrado Acadêmico. 2017
- GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012.
- GROSSI, Miriam Pillar. *Identidade de gênero e sexualidade*. 1998.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaraciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

- HEILBORN, M.L. De que gênero estamos falando? *Sexual. Gen. Soc.*, v.1, n.2, p.1-4, 1994.
- HOOKS, Bell. *Feminism is for everybody: Passionate Politics*. South End Press. Cambridge, MA. 2000.
- HOOKS, Bell. *Intelectuais Negras*. Revista Estudos Feministas. UFSC: Florianópolis. v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.
- HOOKS, Bell. "Love as the Practice of Freedom". *Outlaw Culture: Resisting Representations*. New York: Routledge, 1994. 250 p.
- _____. IBGE, Censo Demográfico 2010. Estatística de Gênero - Total de População. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,26,261160,26R,26U&cat=-1,2,-2,4,-3,128&ind=4707>> Acesso: 15 de jun. 2019.
- _____. IBGE, Censo Demográfico 2010. Estatística de Gênero - Proporção de pessoas por nível de instrução (%). Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,26,261160&cat=-1,1,2,-2,3,4,48,128&ind=4699>> Acesso: 15 de jun. 2019.
- _____. UFJF: Notícias -Consciência Negra: apenas 34% dos alunos de ensino superior são negros no Brasil. Minas Gerais: 2017. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2017/11/20/consciencia-negra-apenas-34-dos-alunos-de-ensino-superior-sao-negros-no-brasil/>> Acesso: 15 de jun. 2019.
- _____. 1º Encontro Nacional De Mulheres Negras – 1988. Disponível Em:<http://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1988.php?iframe=enmn_1988> Acesso: 30 de out. 2019.
- _____. O Livro dos 100 anos :Memorial Fotográfico da UFRPE. Pernambuco: 2013. Disponível em: <https://issuu.com/ufrpeonline/docs/memorialfotogr_fico>; Acesso: 15 de Out. de 2019.
- LIMA, Ana Nery Correia. Mulheres militantes negras: a Interseccionalidade de gênero e raça na produção das identidades contemporâneas. In: Resumo do II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. 2013. p. 15.
- LEMOS, Marcelo Rodrigues. Estratificação Social Na Teoria De Max Weber: Considerações Em Torno Do Tema. *Revista Iluminart*, v. 1, n. 9, 2012.
- LORDE, Audre. *Sister outsider: Essays and speeches*. Crossing Press: Random House, Inc. : New York. 1984.

MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse batista de. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. Ver. Gênero. RJ: Niterói. N. 2. P. 55-69. 1º sem. 2016

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes. 80 p. 1994.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo social*, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007.

MOREIRA, Núbia Regina. O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. Campinas:SP. 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 9 ed. Campinas, SP: Pontes. 2010.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Estudos Feministas*, p. 987-1004, 2008.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria B. O feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinar sobre a Mulher (NEIM). 2008.

SANTOS, Luiza Chaves. Sufrágio Feminino E Democracia No Brasil. TCC (Graduação) – Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro. 80 p. 2017.

SANTIAGO, Ana Rita; CARVALHO, Juvenal Conceição de; BARROS, Ronaldo Crispim Sena; SILVA, Rosangela Souza da. Descolonização do conhecimento no contexto Afro-Brasileiro. Cruz das Almas/Bahia. Editora: UFRB. 2007.

SILVA, ERIKA COSTA. Trajetória profissional de mulheres negras docentes na Universidade de Brasilia (UnB)' 30/08/2019 100 f. Mestrado em SOCIOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Universidade de Brasilia – UnB.

SILVA, Joselina da. *Doutoras Professoras negras: O que dizem os indicadores oficiais*. Revista Perspectiva. Florianópolis/SC. V. 28, n. 1, 19-36p. jan./jun. 2010.

APÊNDICE I – Empoderamento Feminino

Esse questionário foi construído por uma estudante de Graduação em Economia Doméstica como parte de sua Pesquisa para Monografia com o objetivo de compreender a percepção de empoderamento das professoras da Universidade Federal Rural de Pernambuco. As respostas deverão ser dadas a partir do conhecimento próprio das participantes.

*Obrigatório

1. Qual sua idade? *
2. Há quantos anos é servidora da UFRPE? *
3. Qual sua área de atuação e departamento? *
4. Onde você mora? *
5. Em que unidade está atualmente lotada? *

Marcar apenas uma resposta.

- Sede
- UAST
- UFAPE
- UACSA
- CODAI

6. Qual sua média salarial? *

Marcar apenas uma resposta.

- 2 a 3 salários mínimos
- 3 a 4 salários mínimos
- 4 a 5 salários mínimos
- mais de 5 salários mínimos

7. Como você se classifica quanto sua raça? *

Marcar apenas uma resposta.

- Branca
- Parda
- Morena Clara
- Morena
- Morena escura
- Negra

8. Você já sofreu racismo? *

Marcar apenas uma resposta.

- Sim
- Não
- Talvez

9. Se sim, dê um exemplo de situação de racismo que você sofreu (especifique se foi dentro ou fora da Universidade).

10. Você já presenciou situação de racismo? Comente. *

11. Você sabe o que é racismo de marca? Comente. *

12. Você sabe o que é empoderamento? Comente. *

13. O que é feminismo interseccional? Comente. *

14. Você participa ou já participou de algum movimento feminista negro na UFRPE?

Qual? *

15. Você se considera uma mulher empoderada? Por quê? *

16. Marque a opção que mais se encaixa em ser perfil: **Marcar apenas uma resposta.*

- Sou Mulher Negra, mas não me considero ativista de nenhum movimento
- Sou Mulher, Negra e Feminista
- Sou Mulher, Negra, Feminista e ativista do Movimento Negro
- Sou Mulher, Negra e ativista do Movimento Negro
- Nenhuma das opções anteriores

17. Sua atuação profissional é vista como forma de empoderamento? ***18. Você se inspirou em alguém ao longo da sua trajetória? Por quê? *****19. Quantas pessoas com graduação superior tem na sua família? ****Marcar apenas uma resposta.*

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5 ou mais

20. Para você, o que significa ser docente em uma Universidade Federal? ***21. Para você, o que significa ser docente negra em uma Universidade Federal? ***

Link do questionário- Empoderamento Feminino- no Google Forms
<https://docs.google.com/forms/d/1Mnlq6MiiN9l5a3zOd9XcMIPVN0AGfKeyf8CAARN3KN8/>